

FESTAS DO DIVINO NO BRASIL

Cácia Frade

Tida como a celebração de maior prestígio e receptividade no Brasil colonial, a festa do Divino Espírito Santo permanece significativa em vários locais do país e, ao longo de sua permanência, foi adquirindo contornos distintos daqueles trazidos pelos colonizadores, somando influências e incorporando aspectos culturais diversificados.¹

Palavras-chave: FESTA, RELIGIOSIDADE, SOCIABILIDADE, IDENTIDADE.

As festas devidas ao “Divino”, como é popularmente chamada a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, ocorrem em todo o território brasileiro e já detiveram grande importância na história política do Brasil.² A introdução e difusão desse culto em terra brasileira, segundo Agostinho da Silva, teria ocorrido em três etapas principais, distanciadas no tempo. A primeira, quinhentista, ocorreu concomitantemente com os primeiros estabelecimentos na costa, de onde se teria difundido para todo o interior, pelas principais vias de penetração e comunicação.

A segunda se daria em dois momentos de compacta imigração de casais açorianos: os primeiros em 1619, que se fixaram no norte do Brasil, mais especi-

almente no Maranhão; os segundos entre 1748 e 1756, que foram para o sul estabelecendo-se em Santa Catarina.

Finalmente a terceira etapa, ocorrida até a primeira metade do século 20, estaria caracterizada pela imigração individual ou em pequenos grupos que se difundiu no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo no Rio e em Niterói. (A. da Silva, 1980: 6)

Essa festa em Portugal, conforme Jayme Cortesão (1966), tornou-se alvo da repressão eclesiástica na medida em que foi percebida como desafio às autoridades romana e papal, pois vaticinava e exprimia, nos símbolos do ritual, o fim da idade do Filho e a vinda do Espírito Santo, como soberano absoluto.² A hierarquia católica cuidou de suprimi-la,

pondo-a sob controle ou mantendo-a à margem da legitimidade dos programas oficiais da liturgia romana. (Cortes, 1966: 200)

Para Agostinho da Silva, a repressão foi explícita e violenta, chegando mesmo a “coibir todas as manifestações consideradas profanas ou liturgicamente não ortodoxas, como resultado de fazer praticamente desaparecer a Festa”. (A. da Silva, 1980: 8) Para o autor, esse enfrentamento vai-se estender até o nosso século: “(...) na Beira Baixa, houve proibição por volta de 1928; em Tomar, as comemorações profanizaram-se e tornaram-se sobretudo festejo turístico:

Na Festa dos Tabuleiros; em Carregueiros, até 1975, coroava-se o Menino Imperador, mas o pároco impediu que se continuasse o ritual. (A. da Silva, 1980: 8)

Tudo indica que no Brasil ocorreu o mesmo fato, tanto no sul quanto no norte e no centro, onde o processo de romanização é evidente pela presença e controle clerical. Em Goiás, como bem demonstrou Carlos Brandão, a festa do Divino desarticula-se sob o efeito das tensões produzidas pelo jogo de interesse de seus diferentes agentes. Sob o domínio do padre-vigário e de seus auxiliares de igreja, a celebração vem-se aproximando dos modos de ritualização da liturgia católica pós-conciliar: “Alguns de seus rituais, considerados como religiosos, tenderão a desaparecer ou a serem muito simplificados, como é o caso dos cortejos processionais do Imperador.

Outros, como a missa e a novena, tenderão a se redefinirem, menos de acordo com as tradições de muitos anos de festejos locais ao Divino, mais de acordo com os códigos de celebração litúrgica renovada da Igreja. (Brandão, 1978: 127)

No Maranhão, conforme estudo de Ferretti, a festa do Divino pode ser percebida com duas vertentes: uma, patrocinada pelo pároco e sob total controle eclesiástico; a outra, promovida pelos adeptos da “Casa das Minas”, isto é, uma forma regionalizada de culto de origem africana, desenvolvida por antigos escravos e seus descendentes. Caracteriza-se, segundo esse autor, por

constituir-se em religião de transe, ou possessão, em que entidades sobrenaturais são cultuadas, invocadas e se incorporam em participantes, sobretudo por ocasião das festas, com cânticos e danças, executadas ao som de tambores e outros instrumentos.

Nesse contexto, continua Ferretti,

a Festa do Divino constitui um ciclo ritual específico, com Levantamento de mastro, montagem da Tribuna, eleição de Imperador, Imperatriz e Mordomos, Cortejo Tambores (“Caixas”) cujos toques acompanham cânticos em língua jeje. (Ferretti, 1985: 173)

Em Santa Catarina, segundo Lélia Nunes, essa celebração foi muito difundida em toda a orla marítima, incluindo a ilha de Santa Catarina. Entretanto,

“com o passar dos anos, poucas são as comunidades que mantêm, ainda hoje, este, costume”. (Nunes, 1888: 29) Além de referir o desaparecimento da maioria das festas em solo catarinense, a mesma autora registra o esvaziamento e a descaracterização desta tradição: “A Festa do Divino em Santo Amaro da Imperatriz é considerada a mais pomposa do Estado. No entanto não possui mais os foliões nem as cantorias, e a Bandeira percorre o município silenciosa, sem música e sem foguetório. Em S. Joaquim, no planalto serrano, a “Bandeira do Divino” percorre o município coletando donativos para a Festa de S. Joaquim, padroeiro da cidade”. (Nunes, 1988: 29) Ainda em Santa Catarina, na ilha de mesmo nome, Agostinho da Silva informa que, na paróquia da Trindade, o padre conseguiu deslocar o foco do culto, substituindo nele o Divino pela Santíssima Trindade, deixando de haver a coroação do Imperador, e os festejos ditos profanos transmutaram-se numa “Festa da Laranja”, com coroação da respectiva rainha (A. da Silva, 1980: 9).

Em Minas Gerais, cidades históricas, como Diamantina e São João del Rei apresentam celebrações significativas. Na primeira, a pompa com que se reveste rememora a vertente real das origens dessa festa: imperador, imperatriz com suas damas de companhia, vassallos, guardas imperiais. As ricas indumentárias remetem a contexto de poder econômico e político, existente à época do descobrimento. Nessa localidade a celebração é de domínio das autoridades re-

ligiosas, articuladas com interesses outros, sobretudo turístico, o que, na verdade, não minimiza a fé e a devoção dedicadas ao Divino. Em São João del Rei, a festa, desaparecida, ressurgiu graças a um movimento comunitário, que induziu a paróquia à participação. Por outro lado, o crescente movimento turístico na região tem apoiado as iniciativas que visam ao reforço da festa. Desse modo, a celebração articula expressões de origem popular, como a apresentação de grupos tradicionais (congadeiros, bandeira do divino, procissão com as figuras imperiais, cavalgada), com movimentos estimulados pela paróquia (pastorais da eucaristia e da oração, irmandades, confrarias, vicentinos, etc.), movimentos de sentido social apoiados por organizações não governamentais (portadores de necessidades especiais, afrodescendentes, terceira idade) e ainda atividades profissionais (professores, desportistas, comunicadores). Essa estrutura complexa não diluiu o sentido religioso da celebração. Ao contrário, contribuiu para maior brilhantismo e empolgação da solenidade de Pentecostes.

No Estado de São Paulo, a festa ocorre em municípios interioranos, conforme nos ensina Pellegrini Filho (1985). Anhembi, São Luís do Paraitinga, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Piracicaba, Laranjal Paulista e Tietê são locais em que o Divino tem merecido expressiva demonstração de sua presença e significação. Nesses recantos paulistas, expressões populares tradicionais são articuladas com as propostas eclesiais, o que

sem dúvida colabora para o maior vigor da celebração. Congadas, cavalhadas, moçambique, catira, batalhão de congo são algumas das manifestações tradicionais que compõem programação que inclui ainda levantamento do mastro, missa, procissão, quermesse, leilão de prendas, fogos de artifício. Dentre esses municípios, merecem destaque, pela particularidade, Anhembi e Tietê. Nesses locais, centenárias Irmandades do Divino embarcam em batelões e descem os rios que banham a região, visitando casas de devotos e angariando esmolas para a festa. Em Anhembi costuma-se pagar promessa deitando-se em algum ponto do trajeto terrestre do cortejo dos Irmãos: os corpos cobertos com lençol (“amortalhados”) deixam-se pisotear por eles, em demonstração de sofrimento físico que costuma caracterizar a submissão e o agradecimento. Em Tietê, os Irmãos do Divino cumprem o mesmo ritual de descida do rio em batelões. Usando uniformes que constam de blusões vermelhos, calças brancas, pequena capa (“revirão”), gorro pontegudo vermelho, os Irmãos vão remando, rio abaixo, rio acima, pedindo pouso, alimento, esmolas, agradecendo:

Deus lhe pague o bom café
Que vós destes para os irmãos
Que o Divino Espírito Santo
Lhe ajude e nunca falte o pão.
Vós tratastes da irmandade
Junto com essa companhia
O Divino que lhe ajude
Toda a hora e todo o dia.

(Reg. em Tietê, em 1969, por Pellegrini Filho)

O encerramento do ciclo, no dia de Pentecostes, comporta programação também variada (missa, quermesse, parque de diversões, procissão, foguetório), ganhando destaque a cerimônia do “Encontro das canoas”: conduzidos por Irmãos e carregando autoridades religiosas e políticas, convidados e banda de música, dois batelões, vindos de direções opostas, encontram-se num ponto do rio em que se armou um altar sobre uma suspensão de madeira e onde se prende uma bandeira do Divino. O encontro desses batelões é celebrado com intenso foguetório e aplausos da multidão assistente, formando-se a seguir um grande cortejo que segue para a celebração da missa.

No Estado do Rio de Janeiro essa festa já apresentou grande popularidade e vasta difusão, conforme se constata em registros de viajantes, historiadores, romancistas e pesquisadores, como Auguste de Saint-Hilaire, José Vieira Fazenda, Alexandre Melo Morais Filho, Manuel Antonio de Almeida e Mariza Lira. Ao longo dos anos, porém, foi perdendo seu vigor e, em decorrência, tendo reduzida sua área de incidência. Atualmente ela se restringe a dois municípios interioranos, localizados na faixa litorânea – Paraty e Saquarema –, além do Grande Rio (inclui Niterói, Nilópolis e a cidade do Rio de Janeiro).

Em Paraty e Saquarema, a festa do Divino está sob o controle da hierarquia eclesiástica e do setor municipal de turismo, um não inibindo a iniciativa do outro. Ao contrário, a programação é articulada de modo a atender aos interes-

ses da paróquia e da prefeitura. Fiéis a sua crença e estimulados pela promoção sistemática, os devotos acorrem em grande número, advindos de locais distantes com suas bandeiras, seus cânticos e suas danças para cortejar, nas figuras do imperador, dos vassalos e das guardas, a realeza do Espírito Santo e ganhar imagem nos jornais e na televisão de todo o país.

Nesses locais merece atenção de estudiosos a presença de grupos devocionais, totalmente laicos, denominados *Bandeira do Divino*. Trata-se de um conjunto de cinco a sete pessoas, composto por um mestre, violeiro e cantor, um “bandeireiro”, que conduz a bandeira do Divino, e músicos. Cabe ao mestre comandar o ritual, desenvolvido em casas de devotos, previamente agendadas. Os componentes, chamados de foliões, são devotos e/ou pagadores de promessa que circulam por sítios, fazendas e residências urbanas, angariando donativos de qualquer espécie para o dia maior da festa, o de Pentecostes. Em Saquarema, essa visitação às residências é mais complexa. Lá o ritual consta de *Pedido de abrigão de porta*, *Saudação ao dono da casa*, *Louvores ao Divino*, *Pedido de bênçãos*, *Bênção da farinha*, *Agradecimentos*, tudo conduzido pelos cânticos. Nessa cerimônia chamam atenção o percurso que o bandeireiro faz com a bandeira, por todos os cômodos da casa, no sentido de exorcizar possíveis energias malélicas e a *Bênção da farinha*, que é feita do seguinte modo: o dono da casa espalha farinha de mandioca sobre a mesa principal da casa, formando uma grande cruz, e, enquanto to-

dos cantam, o bandeireiro vai passando a bandeira sobre ela, pedindo fartura. Essa farinha é considerada abençoada, por isso é acondicionada em pequenos sacos que são guardados nos depósitos de alimentos.

Na área metropolitana, mais especificamente nos municípios de Niterói, Nilópolis e Rio de Janeiro, essa festa é promovida pela “Irmandade Particular do Divino Espírito Santo”, uma associação criada e constituída por açorianos natos e seus descendentes, que têm por objetivo assegurar a realização desse evento, sem a interferência da hierarquia. Para os açorianos é justamente graças às “sociedades particulares”, às quais pertencem suas capelas e os oficiantes de seus ritos, que só recorrem ao pároco para a celebração de cultos específicos – como a missa de coroação do imperador – que essa celebração consegue manter sua autonomia e não perder sua pretendida originalidade. Aspira-se, paralelamente, aos aspectos de religiosidade, enfatizando os de identidade e de integração de grupo étnico imigrante. (Frade, 1983)

Tudo indica que essa marginalidade e autonomia em relação à Igreja Romana corresponde à marginalidade e autonomia já apontadas por Cortesão e que, segundo A. da Silva, “se manteve e durou enquanto durou a ruptura total que a Guerra Santa veio criar”. (A. da Silva, 1980: 9)

A festa que aqui enfocarei tem lugar no bairro de Vila Isabel, em área na qual os açorianos construíram uma sede e nela centralizam suas práticas. Nos demais locais da região metropoli-

tana o ritual segue praticamente do mesmo modo, embora promovido por outros açorianos com suas Irmandades Particulares.

A Irmandade Particular do Divino Espírito Santo de Vila Isabel surgiu, segundo seu estatuto, no mesmo bairro de Vila Isabel, na residência de um açoriano, sendo seus fundadores e principais iniciadores cinco senhores portugueses, intencionados em “continuar no Brasil a devoção ao Divino Espírito Santo conforme a tradição açoriana”. (Estatuto da Irmandade Particular do Divino Espírito Santo de Vila Isabel, s/ data: 2)

Até 1935 a Irmandade funcionou na moradia de um de seus fundadores, e seus associados participavam das festividades que tinham lugar em igreja pertencente à paróquia da Lapa, no Centro da cidade. Nesse ano, o grupo comprou o terreno situado na praça Barão de Drummond, 17, até hoje sua sede. O que justificou a aquisição desse terreno e a consequente construção do complexo arquitetônico, que a cada ano é reformado para fins de ampliação, foi a necessidade de cumprir à risca os “Fins da Devoção”, explícitos no estatuto, no artigo 2º: “Manter em Vila Isabel, anualmente, a Festa do Divino Espírito Santo de acordo com as tradições das Ilhas dos Açores, em Portugal, distribuindo nesta festa o Bolo do Divino e esmolas de pão e carne aos pobres”.

A festa, na verdade, engloba um ciclo de comemorações que se inicia no Domingo de Páscoa e prossegue até o Domingo da Santíssima Trindade, abrangendo o total de oito semanas. Nas

quatro primeiras, as comemorações ocorrem nas casas de Irmãos sorteados no último dia do ciclo do ano anterior. Essas celebrações constam de orações tradicionais católicas recitadas diante de um pequeno altar, armado para receber os símbolos ou insígnias da Irmandade: uma coroa, uma salva e um cetro de prata, além de uma bandeira vermelha em que se desenha a pomba branca, representativa do Divino. Cada família sorteada acolhe essas peças em sua casa pelo período de uma semana.

Na semana que antecede a data da festa, os símbolos retornam à sede e ficam expostos na capela. Nessa semana ocorre programação intensa: desfile pelo bairro de vitelos enfeitados, visita do “Vitelo do Divino” à capela, apresentação do “Improviso do Divino” por cantores portugueses, leilão de “massa sovada”, jantar composto da “Sopa do Divino” e da “Alcatra ao Vinho”, distribuição de carne e pão aos pobres. O ápice da festividade é a procissão que desfila pela principal rua do bairro conduzindo os símbolos do Divino e da Irmandade. Nessa ocasião há coroação de imperadores e imperatrizes, que são crianças sorteadas entre os filhos ou netos dos devotos. Repete-se o jantar com os pratos típicos servidos em longas e inúmeras mesas, distribuídas pelos dois grandes salões da sede.

Essas comidas da dieta açoriana são muito apreciadas, e os portugueses explicam sua preferência, justificando que são “consumidas na festa porque aqui nos sentimos como numa família, a família açoriana”. Para o organizador da

festa, essa refeição significa “a própria celebração, pois reúne os amigos e familiares em torno da mesa”.

O festeiro ou principal organizador da festa do Divino é o presidente da Irmandade. Com ele trabalham outros membros da Diretoria (vice-presidente, 1^o e 2^o secretários, 1^o e 2^o tesoureiros, 1^o e 2^o procuradores e o Conselho Fiscal, este composto por 10 membros. Essa Diretoria, eleita, é constituída unicamente por homens. As mulheres, também eleitas, compõem um grupo complementar e executivo de tarefas tidas como “inerentes ao sexo feminino”: cuidar da limpeza da sede, dos enfeites da capela, das toalhas e lenços do jantar, etc. São chamadas “zeladoras”.

Como fontes de renda, a Irmandade conta com os recursos capitalizados pela festa do Divino: as doações, os leilões de “massa sovada” e vitelos, a barraquinha de guloseimas armada no pátio, a venda de medalhas e fitas alusivas ao Divino. Os demais rendimentos são eventuais, esporádicos: a taxa de inscrição de novos sócios, o aluguel dos salões para recepção de casamentos, festa de debutantes, etc. e as “campanhas”, isto é, movimentos para cobrir despesas extras, como a “campanha do ventilador” e a “campanha das cadeiras”, criadas para equipar a sede. Outras iniciativas costumam ser tomadas, como churrasco ou jantares que visam cobrir despesas extras. Os devotos não pagam mensalidade.

O grupo de irmãos ou devotos é constituído por açorianos natos e brasileiros filhos de açorianos, de ambos os sexos.

Cabe à geração de açorianos, porém, a ocupação dos principais cargos da Diretoria e, conseqüentemente, o desempenho das funções primordiais da Irmandade.

Os depoimentos de devotos revelam que a prática da Devoção foi adquirida de formas diversas: para alguns, o fato de se casar com devoto/a; para outros, as graças obtidas por intermédio do Divino seguindo o conselho de parentes ou amigos. Para a maioria, porém, a devoção é tradição familiar adquirida desde a mais tenra idade, tanto pelos nascidos em Portugal quanto pelos brasileiros.

Paralelamente à devoção, os irmãos falam em aspectos de identidade e sociabilidade que a festa e a Irmandade propõem, favorecendo o reencontro de amigos e propiciando o reviver hábitos e costumes originais.

As pessoas estão na Irmandade porque têm a força da devoção e porque gostam da festa que dá oportunidade de ver amigos da terra deles, da freguesia deles. Aproveitam pra duas coisas: pra religião e pra ver os amigos. E muitos vão também pra comer as comidas típicas da terra. Assim, há clima pra tudo: reza, conversa, come, toma um copo de vinho, lembra uma coisa de lá... (depoimento do atual presidente)

De fato, entre os irmãos do Divino de Vila Isabel é facilmente visível a satisfação dos amigos que se encontram, se saúdam, conversam, bebem e jantam juntos, num ambiente criado de modo a

favorecer a emergência do aspecto afetivo da identidade.

O pertencimento a uma Irmandade religiosa voltada para a realização de uma festa regional supõe uma forma de interação com outros indivíduos que apresentam as mesmas experiências culturais, embora cada ator viva sua experiência como única. Essa seria uma forma de reconhecer-se nos outros através das semelhanças e coincidências, em oposição às diferenças do grupo majoritário. Seria então uma forma de lidar com a ambigüidade fragmentação/totalização, em busca da individualização vinculada e contexto sociocultural específico.

A promoção dessa celebração nos moldes regionais, conforme propõe o Estatuto da Irmandade Particular do Divino Espírito Santo, torna alguns fatores essenciais, tais como: o domínio de um espaço físico que garanta sua autonomia em relação à autoridade eclesiástica; a posse de peças simbólicas (coroa, salva e cetro de prata portuguesa, além das bandeiras do Divino e de Portugal); e a obtenção de grande quantidade de produtos de panificação (pães e roscas de massa sovada), além de várias toneladas de carne bovina.

Os açorianos solucionaram aqui todos esses aspectos: cada um dos cinco núcleos da Irmandade é proprietário do terreno e da sede; cada grupo é também proprietário dos elementos simbólicos; os associados são, na sua maioria quase absoluta, comerciantes nos ramos de carne e padaria, garantindo, pois a presença desses produtos na celebração.

Se esses bens materiais, presentes numa festa religiosa, podem parecer inadequados ao sentido simbólico que se lhes imprime, cabe lembrar que, no universo mítico, o sagrado e o profano compõem uma unidade harmônica, sem antagonismos ou conflitos, conforme reza uma quadrinha cantada pelos devotos:

O Divino Espírito Santo

É um grande fôlião

Amigo de muita carne.

Muito vinho e muito pão.

NOTAS

1 Texto apresentado no Congresso Internacional “O Divino Espírito Santo: a história e a festa”, realizado em Santarém, Portugal, em maio de 2005.

2 Sobre o prestígio e receptividade coletiva dessa festa no Brasil, informa Luís da Câmara Cascudo que o título de “Imperador do Brasil”, outorgado a D. Pedro, foi escolhido em 1822 pelo ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, porque o povo estava mais habituado com o título de “Imperador” (do Divino) do que como de Rei (*Dicionário do Folclore Brasileiro*, Ed. Melhoramentos/MEC/INL, 1974: 294).

3 Informa Agostinho da Silva, apoiado em Bruneti (1974), que o pensamento do abade Joaquim de Fiori, que interpreta a história se desenvolvendo em etapas sucessivas presididas pelo Pai, pelo Filho e pelo Espírito Santo, resultou numa teologia da História, dividida em três etapas: a Idade do Pai (1.260 anos), de Adão a Cristo e correspondente ao Antigo Testamento; a Idade do Filho (1.260 anos), que corres-

ponde ao Novo Testamento; e a Idade do Espírito Santo, que corresponderia ao Evangelho eterno, anunciado por um dos anjos do Apocalipse. Nessa Idade instaurar-se-ia a fraternidade universal entre cristãos, judeus e muçulmanos, sob a égide do Espírito, e ela se oporia às precedentes por uma série de traços distintivos, após a derrota do Anticristo. Antes, porém, que se desse o triunfo do Espírito Santo, um conflito apocalíptico oporia o bem ao mal; e este, destruído, daria passo à definitiva redenção dos eleitos. Rapidamente difundida pela Europa, essa idéia alcançou a Inglaterra e influenciou as guerras camponesas da Alemanha, tendo chegado a Portugal pela Catalunha, como séquito da Rainha Santa Isabel que, aragonesa, partilhava com sua família a devoção ao Espírito Santo e o ideário de Joaquim de Fiori. A primeira festa do Império do Espírito Santo de que se tem notícia em Portugal, segundo o mesmo autor, ocorreu no convento franciscano de Alenquer, em 1323. Os cronistas atribuem a D. Dinis e sua esposa, D. Isabel, a fundação da festa, mas Cortesão (1966) acha mais provável que sua criação se deva a franciscanos, de tendência espiritualista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Manoel Antonio de. *Memórias de Um Sargento de Milícias*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1969.

AGOSTINHO DA SILVA, Pedro M. *Império e Cavalaria na Guerra do Contestado*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1980. Mimeografado.

BRANDÃO, Carlos R. *O Divino, o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro: MEC/Funarte, 1978.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Ed. Melhoramentos/MEC/INL, 1979.

CORTESÃO, Jayme. "O Sentido da Cultura em Portugal no Século XV". In: *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. Lisboa: Ed. Portugalíia, 1966.

DIAS, Jaime Lopes. *Emografia do Beira*. Lisboa: Livraria Ferin, 1963. Vol IX.

FERRETTI, Sergio F. *Querebentan de Zomadomu: Emografia da Casa das Minas*. São Luís: Edufina, 1985.

FRADE, Cásia. "Viva o Divino". In: PELLEGRINI, Américo (Org.). *Antologia de Folclore Brasileiro*. São Paulo: Edarte/UFPb/UFPa, 1983.

LIRA, Mariza. *Migalhas Folclóricas*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Distrito Federal, 1956.

MELO, Morais A. *Festas e Tradições Populares no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1946.

NUNES, Lélia P. da Silva. "Festa do Divino Espírito Santo". In: *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*. Ano XXVI, n. 39/40, dezembro de 1988: 22-33.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Folclore Paulista*. São Paulo: Ed. Cortez, 1985.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem Pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1972.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual. Estrutura e Anti-Estrutura*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

Cácia Frade é mestre em Antropologia Social pela UFRJ, doutora em Ciências Humanas pela PUC-RJ e membro da Comissão Nacional de Folclore/UNESCO.

